

Quando as *hashtags* não chegam: o lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade

When hashtags do not arrive: the place of the media in the ordering and the constitution of society

Pâmela GUIMARÃES-SILVA¹

Resumo

Quando fenômenos comunicacionais como as mobilizações de coletivos digitais despontam, também emergem paradoxos o lugar da mídia no cotidiano social. Não raramente, a tendência é interpretá-los por extremos epistemológicos — delimitando-o, quase exclusivamente, às mídias e suas características ou por uma perspectiva completamente interdisciplinar. Sem desconsiderar a potência política dos movimentos sociais nas redes digitais, consideramos que é preciso ir além e apreender as reais implicações das interações entre meios de comunicação, a cultura e a sociedade. Dessa forma, nosso objetivo neste artigo é realizar um exercício de observação crítica sobre o lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade. Para tanto observamos a (não) mobilização digital das mulheres contra o assédio sexual em dois casos, o da menina Valentina, de 12 anos, participante do reality show culinário Masterchef e o das crianças e jovens negras da comunidade quilombola Kalunga.

Palavras-chave: Mídia. Feminismo. Mulheres Negras. Meninas Negras. Cultura.

Abstract

When communication phenomena such as mobilizations of digital collectives emerge, paradoxes also emerge the place of the media in social everyday life. Not infrequently, the tendency is to interpret them by epistemological extremes - delimiting it, almost exclusively, to the media and its characteristics or by a completely interdisciplinary perspective. Without disregarding the political power of social movements in digital networks, we believe that we need to go further and understand the real implications of the interactions between the media, culture and society. Thus, our objective in this article is to carry out an exercise of critical observation about the place of the media in the organization and constitution of society. For this we observe the digital non-

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com

mobilization of women against sexual harassment in two cases, that of 12-year-old girl Valentina, a participant in the culinary reality show *Masterchef* and that of the black children and young women of the Kalunga quilombola community.

Keywords: Media. Feminism. Black Women. Black Girls. Culture.

Introdução

Como produtos midiáticos transcodificam as relações entre mídia e cultura, mídia e sociedade, mídia e vida cotidiana? Esses são alguns dos questionamentos que compõem um amplo e recorrente debate sobre quais são os limites e o objeto de estudo do campo da comunicação.

Nesse espaço de tensionamento epistemológico, não raramente, de um lado se pensa a comunicação delimitando-a, quase exclusivamente, às mídias e suas características e, de outro lado, por uma perspectiva interdisciplinar, embasadas por teorias de outros campos de conhecimento.

As oposições e as defesas desses pontos têm-se tornado propulsoras de perspectivas como as formulações que tensionam os papéis dos meios e das mediações no processo comunicacional e na constituição da sociedade.

Observando essa constante fricção nas interações que se desenrolam nas análises dos ambientes digitais atuais, nosso objetivo neste artigo é realizar uma reflexão sobre *o lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade*, ainda que brevemente.

Para tanto, observamos a dinâmica de (não) mobilização digital das mulheres contra o assédio sexual em dois casos: o da menina Valentina, de 12 anos, participante do *reality show* culinário *Masterchef* e o das crianças e jovens negras da comunidade quilombola Kalunga.

Acreditamos que quando fenômenos midiáticos, como as atuais mobilizações de coletivos digitais feministas, despontam e despertam o interesse dos pesquisadores do

campo² os paradoxos entre a tecnologização da vida e o processo comunicacional se apresentam.

Nesses casos, não raramente, confunde-se a relevância do fenômeno com a adesão absoluta, uniformizada e universal aos usos das novas tecnologias. As interações nos ambientes virtuais deixam de ser pensadas como *uma das formas* de sociabilidade e passam a ser encaradas como *a* sociabilidade.

Esse é um caminho perigoso, pois desconsidera contextos sociais e culturais dos atores dessas mobilizações, bem como da sua condição de existência. Apaga-se, inclusive, as assimetrias de poder, alçando a internet a um espaço de nivelamento social absoluto. Por vezes, esse comportamento resulta em uma falta de atenção sobre a efetividade, o alcance e os resultados reais desse fenômeno na e para a sociedade.

Sem desconsiderar a potência política dos movimentos sociais nas redes digitais, propomos que é preciso ir além do pensamento que pressupõe uma universalização dos meios de comunicação e considerar que os vínculos, os fluxos e as dinâmicas no cenário digital, os quais impactam direta ou indiretamente sujeitos em praticamente todos os lugares do mundo, se dão de maneira diferenciada em cada contexto. Sejam eles contextos de produção ou de recepção.

Para alcançar nosso objetivo, o texto está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos os dois casos de assédio sexual infantil e como eles repercutiram nas redes sociais. A segunda parte trabalha o *lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade*, a partir de uma perspectiva latino-americana. À guisa de conclusão, nos ocupamos das interlocuções entre a mídia, a sociedade e a cultura.

Inquietações e fragmentos sobre mobilizações contra o assédio sexual

Como o recorte do trabalho são os dois casos de assédio sexual infantil e as (não) mobilizações no ambiente virtual é necessário apresentá-los. Em outubro de 2015,

2 Nos registros das duas últimas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) mais de 30 pesquisadores abordaram as articulações de movimentos feministas nas redes sociais, como as campanhas #meuamigosecreto e #primeiroassédio.

o caso de assédio sofrido pela menina Valentina, de 12 anos, participante do *reality* show culinário *Masterchef*, exibido pela Rede Bandeirantes, ganhou grande repercussão nas redes sociais. O nome da participante chegou aos *trend topics* do *Twitter* com mensagens de cunho sexual, durante sua participação no programa de culinária.

A partir da repercussão do caso e para apoiar a participante, o coletivo feminista Think Olga³ lançou a campanha *online* “Primeiro Assédio”. A ação começou no dia 20 de outubro de 2015, no *Twitter*, com a seguinte mensagem: “Por favor, compartilhem suas histórias com a *hashtag* #primeiroassedio. Vamos reunir as histórias e publicá-las na OLGA” (THINK OLGA, 2015).

Uma análise feita pelo coletivo apresentou que, até o quarto dia da campanha, a *hashtag* já havia sido compartilhada 82 mil vezes e das diversas mensagens compartilhadas, 3.111 (três mil cento e onze) denunciavam experiências de assédio sexual sofridas entre os 7 e os 9 anos de idade (THINK OLGA, 2015).

No mesmo mês, a filósofa e colunista da revista Carta Capital Djamila Ribeiro usou seu espaço no periódico para ponderar as mobilizações sociais *online* com seu texto “Para as meninas quilombolas as *hashtags* não chegam”⁴. Ela lembrou que, diferentemente da comoção em torno de Valentina, uma criança branca e de classe média, o caso das meninas quilombolas negras abusadas que vivem no interior de Goiás foi logo esquecido.

Na coluna, a filósofa se referiu às denúncias de trabalho infantil e exploração sexual sofrida por crianças e jovens negras da comunidade quilombola Kalunga, em Cavalcante (GO), que foi noticiado em abril de 2015 pela TV Record. Os relatos dos abusos, investigados pela Polícia Civil, foram à época transmitidos à (atualmente extinta) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da

3 O Think Olga é um coletivo feminista criado em abril de 2013 pela jornalista Juliana de Faria, que tem como missão empoderar mulheres por meio da informação retratando as ações delas em locais onde a voz dominante não seja a mulher. Para tanto, o coletivo cria conteúdo que reflete a complexidade das mulheres e as trata com a seriedade que pessoas capazes de definir os rumos do mundo merecem. O grupo define que sua luta é para que as mulheres possam ter mais escolhas, nunca menos, e também garantir que elas façam suas escolhas de maneira informada e consentida, sem que tenham que pedir desculpas por tais decisões. Disponível em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em 03 de julho de 2017.

4 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/para-as-meninas-quilombolas-a-hashtag-nao-chega-7864.html>>. Acesso em 03 de julho de 2017.

República pelo presidente da Associação do Quilombo Kalunga de Cavalcante (GO), Vilmar Souza Costa.

Ribeiro diz que o caso não ganhou repercussão e embora houvessem políticos envolvidos como supostos agressores, nem seu desfecho foi conhecido. Ela termina seu texto questionando: “No mundo delas [meninas da comunidade quilombola Kalunga], onde campanhas com *hashtag* não as alcançam, quem não vai deixá-las cair no esquecimento?” (RIBEIRO, 2015).

A comparação dos casos exemplifica os dados apresentados pelo Mapa da Violência 2015⁵ que mostram como a violência contra mulher negra continua a aumentar, enquanto a violência contra a mulher branca tem diminuído⁶. Estatística que se repete nos dados da “Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180” relativos ao ano de 2013 apontando que 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras.

Mulheres e meninas de minorias étnicas sofrem violências de maneiras similares às outras mulheres. Isso inclui assédio e abuso na infância. Há, no entanto, diferenças em formas de violência que vão atingir as mulheres ante a combinação de múltiplas formas de discriminação, baseadas em sistemas de desigualdades que se retroalimentam – sobretudo de gênero, raça, etnia, classe e orientação e identidade sexual⁷.

A coluna da filósofa nos causou certa inquietação, pois, a nosso ver, os casos e os dados apresentados evidenciam a existência de três elementos sociais estruturantes – o racismo, o sexismo e a estratificação social – atuando tanto como fundadores da mobilização quanto na própria (falta da) mobilização.

Ou seja, a mídia está inserida em um conjunto de relações mais amplas no interior das quais ela se constitui e é socialmente apreendida. Sendo assim, o comportamento social e as práticas culturais não se dissociam dos usos nem dos

5 Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Enquanto, no mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em 20 de junho de 2016

6 O aumento da autodeclaração pode ter interferido nesse dado.

7 Disponível em: <<https://goo.gl/wjyMEC>>. Acesso em 20 de junho de 2016

mecanismos que constituem os espaços midiáticos (digitais ou não). É essa relação que discutiremos nas seções seguintes.

O lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade

Em uma perspectiva microssociológica, o social é um conjunto de relações e o todo, seja ele qual for – sociedade, grupo, unidade de sobrevivência – é um conjunto de interações em processo. Nessa visada, não há uma relação privilegiada, cada interação é uma via de acesso ao todo (WAIZBORT, 2001, p. 92-97).

Assim, já de início, embora possamos afirmar que a mídia seja de extrema relevância na (re)configuração da sociedade atual, seria mais cauteloso não afirmar que ela ocupa o centro dessa conformação, pois “se tudo está a tudo relacionado, trata-se sempre de buscar os laços dessas relações, trata-se de ver as relações mútuas, os ‘efeitos infinitamente múltiplos’, as interações que ocorrem no mundo e na vida” (WAIZBORT, 2001, p. 98).

Para focar nos laços das relações e, portanto, nas interdependências, o sociólogo Norbert Elias indica a observação das posições que ocupamos no estabelecimento das múltiplas e variadas relações cotidianas, posições que o autor chama de *figurações*. Por não serem posições estáticas, os fenômenos de interdependência, interreferência e entrelaçamento fundam conflitos, lutas e tensões que constituem a sociedade em um jogo de forças das relações humanas (WAIZBORT, 2001).

Em consonância com a perspectiva de Elias, para Nestor Garcia Canclini (2003), no campo da comunicação, é preciso ter em alta conta os aspectos socioculturais, pois estes constituem exatamente o caminho ignorado pelos primeiros investigadores do campo da comunicação que enfocaram seus esforços apenas em descobrir como os meios de comunicação atuavam para manipular suas audiências. Com isso, desprezaram os contextos dos receptores e dos produtores das mensagens, suas ambiências socioculturais.

Para o autor, a modernidade é constituída de culturas híbridas — sem barreiras que separem o tradicional, o moderno, o culto, o popular e o massivo — e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa foi o grande responsável ou facilitador dessa hibridação. Assim, estabelece-se uma relação: a modernidade é marcada pela heterogeneidade e as culturas híbridas são marcadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Vale ressaltar que a hibridização cultural não apaga as diferenças estruturais, elas as combina criando novas estruturas. Portanto, compreendemos a cultura não como um elemento estático, mas um *espejo trizado*⁸ (BRUNNER; BARRIOS, 1988), um lugar de produção de realidade simbólica.

Tomando como matriz primeira a cultura e ao julgar inaceitáveis as análises dualistas dos meios de comunicação que ignoram essa natureza relacional e conflituosa do meio social, Jesús Martín-Barbero, em sua obra *Dos Meios às Mediações* (2001), procura compreender o processo comunicacional sob uma perspectiva sociocultural, na qual os sujeitos são mais do que meras entidades passivas.

Para tanto, o autor investe seus esforços em desvelar os contextos particulares de produção de sentido que apontam para a existência de culturas que dizem de grupos distintos que produzem sentidos específicos e possuem maneiras próprias de lidar com os problemas do cotidiano” (ROCHA, 2012, p.3). Nesse intento de complexificação da análise do processo comunicacional, o autor desenvolveu a Teoria das Mediações Culturais, na qual a mediação é aquilo que se refere aos “lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” dos meios de comunicação de massa (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.304).

É com esse entendimento que o autor passa a centrar-se na observação do espaço simbólico ou representativo que medeia a relação entre emissor e receptor. Semelhante ao sociólogo Norbert Elias, Martín-Barbero propõe um deslocamento metodológico (ou

8 Que será traduzido aqui como espelho rachado.

epistemológico) elegendo as mediações, e não os meios, como centro da pesquisa em comunicação.

Ele nos convoca a acompanhar os processos de produção e circulação das mensagens, tendo em vista que o tecido social é um local de dominação, de resistência, de circulação de sentidos e, portanto, veículo gerador desses processos.

Martín-Barbero devolve um lugar de destaque aos sujeitos – pensado em sua multidimensionalidade e (re)inserindo-o em seu lugar social, marcado por vivências e mediações – nos estudos da comunicação. E nesse percurso, reconhece que a mídia é elemento determinante da configuração da vida na sociedade contemporânea.

Esse reconhecimento é uma convocação a exceder as análises das estruturas internas da mídia e a conhecer as estruturas do seu entorno: os processos de recepção, os conflitos sociais, as culturas populares, a posse e os usos dos bens culturais, a memória, o imaginário e as resistências (MARTÍN-BARBERO, 2001).

Ora, se as mediações estão na produção e (re)conhecimento da hodiernidade é justo afirmar que a mídia se apresenta como elemento de mediação sociocultural. Ainda mais quando ela ganha mobilidade por conta das tecnologias digitais e da telefonia celular. Entretanto, para compreendê-las em sua integralidade, nossa análise não pode limitá-las aos seus aspectos técnicos ou tecnológicos, sob pena de retomar o erro do midiacentrismo ou cair no tecnicismo.

A abordagem deve ser outra: deve se ter em conta que o contexto dos sujeitos — a cultura, a política e a comunicação — cria o sentido de suas mediações, isto é, amplia suas possibilidades interpretativas quando este se apropria dos discursos da mídia. Não há manipulação, onipresença e uma modalidade única de apropriação e uso. Há ampliação, fruto das diferentes mediações que os receptores vivenciam. Os discursos midiáticos, por sua vez, não se “assentam” em seus receptores, eles se desdobram em práticas, ações, na construção de um saber coletivo e de novas estruturas.

A estrutura sociocultural: meninas negras precisam de menos proteção e acolhimento

Pela perspectiva barberiana, apresentada na seção anterior, entendemos que a mídia é um ponto de expressão da realidade social. Ao produzir o relatório “Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras”⁹ (em tradução do inglês), os pesquisadores da *Georgetown Law, uma universidade da cidade de Washington, nos Estados Unidos, que estuda questões de desigualdade e pobreza*, chegaram a conclusão que a realidade das meninas negras é bem diferente da realidade de outras crianças.

A pesquisa, divulgada aqui no Brasil pela agência Patrícia Galvão, apontou que a sociedade acredita que meninas negras precisam de menos proteção e acolhimento pois são mais independentes, sabem mais sobre sexo e, portanto, são menos inocentes.

Os dados revelam ainda que esse olhar diferenciado começa quando a criança tem cerca de cinco anos e se acentua aos dez anos. A instituição entrevistou 325 adultos com perfis variados — diferentes etnias, escolaridade, residentes em várias regiões —, sendo 74% dos entrevistados pessoas brancas, 62% mulheres e 30% entre 25 e 34 anos de idade.

A pesquisa foi desenvolvida em um contexto norte-americano, mas os números brasileiros são igualmente desoladores. Em relação à educação, por exemplo, o Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010, a partir dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008,¹⁰ mostra que em 1998, 28,6% dos negros e pardos, acima de 15 anos de idade, eram analfabetos, enquanto que 12,1% dos brancos estavam nessa mesma situação; em 2008 estes valores passaram para 13,6% e 6,2% respectivamente.

Além das desvantagens dos negros em relação aos brancos no que concerne às taxas de analfabetismo, o que reflete uma infância de exclusão do ambiente educacional,

9 Disponível em: <<https://www.law.georgetown.edu/news/press-releases/Black-Girls-Viewed-As-Less-Innocent-Than-White-Girls-Georgetown-Law-Research-Finds.cfm>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

10 Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf> Acesso em 04 de julho de 2017

estes ainda possuem desempenho escolar inferior aos brancos, até mesmo, quando possuem o mesmo nível socioeconômico, conforme os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Segundo o IBGE, em pesquisa divulgada em 2015, a baixa escolaridade que, como vimos, é preponderante na população negra, tem outro desdobramento, a gravidez precoce. Segundo o órgão, mulheres com menor nível de instrução tiveram o primeiro filho por volta dos 19 anos e também são que menos fazem uso de algum contraceptivo.

Os dados revelam uma situação de desigualdade que é estrutural. Sendo assim, o combate a elas também se dá das mais variadas formas e no mais diversos espaços, inclusive no midiático. Assim, é importante ressaltar que por maiores que sejam os avanços, a internet não apaga as assimetrias comunicativas, pois elas são fruto de estruturas sociais mais amplas, há apenas uma potencialidade de surgimento de relações menos verticais com a ampliação das possibilidades de interações digitais múltiplas (COELHO; MARQUES, 2015, p.281).

Essa potencialidade de uma relação mesmo vertical fica clara no caso de Valentina. Não houve manifestação dela sobre o ocorrido, mas as audiências falaram por ela. O coletivo Think Olga mobilizou uma multidão para vocalizar que o sexismo sofrido pela garota é estrutural. O acolhimento foi imediato.

A fragilidade dessa nova forma de comunicação fica exposta, entretanto, no caso das crianças e jovens negras da comunidade quilombola Kalunga que não tiveram o mesmo retorno. Suas vozes não foram ouvidas e, com exceção, da colunista Djamila, não houve mobilização contra suas mazelas.

Estudar comunicação implica trabalhar com as contradições da sociedade moderna, mediadas pelos fenômenos midiáticos. Ao pesquisar os diferentes usos e apropriações populares, não encontraremos pura passividade e submissão, mas também resistência, reconhecimento e negociação de sentido. Nesta seara, Martín-Barbero (2001) ajuda-nos a entender este fenômeno, que se caracteriza como um espaço de relações conflituosas.

(...) os meios de comunicação constituem hoje espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de

produção cultural, mas também alertar, ao mesmo tempo, contra o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é o “grande mediador” entre as pessoas e o mundo(...).A luta contra o pensamento único acha assim um lugar estratégico... nas transformações que atravessam os mediadores socioculturais tanto em figuras institucionais e tradicionais—a escola, a família, a igreja, o bairro - , como nos novos atores e movimentos sociais emergentes que(...)introduzem novos sentidos do social e novos usos sociais dos meios. Sentidos e usos que, em seus tateios e tensões, remetem por um lado à dificuldade de superar a concepção e as práticas puramente instrumentais para assumir o desafio político, técnico e expressivo, que supõe o reconhecimento na prática da complexidade cultural que hoje contém os processos e os meios de comunicação. (Martín-Barbero, 2001, p.16-20)

A igualdade de gênero sempre foi o objetivo de diversas teorias e movimentos feministas ao longo dos anos. Isso é, o objetivo era que o gênero não fosse utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão. No entanto, o conceito de feminino abordado pelo movimento sempre foi continuamente debatido, gerando inúmeras posturas e tensionamentos por ser universalizador.

Em termos históricos e de forma breve, o movimento feminista no Brasil pode ser dividido em três fases ou ondas: a primeira fase se situa no meio do século XIX e teve como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido. A segunda, que se deu em meio a um momento de crise da democracia, teve como lema a frase da ativista Carol Hanish (1969, p.1), “o pessoal é político”. Nessa fase a luta tinha como objetivos: valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, também lutou contra a ditadura militar. A terceira fase teve seu início na década de 1980, ocasião em que o movimento passou por tempo reflexivo e controverso, chamado pós-feminismo (RODRIGUES, 2013).

É nessa última fase que as mulheres negras passam a não se reconhecer plenamente representadas nem no movimento feminista, nem no movimento negro (esse que acabava de se solidificar no Brasil) e o feminismo negro começa a ganhar seus contornos no Brasil. O paradoxo entre os dois casos de abuso infantil revela com exatidão a realidade política e sociocultural da luta das feministas negras que buscam uma conscientização da sociedade para a necessidade de se pensar opressão de gênero

interseccionando raça, classe social e sexualidade para que a luta das mulheres seja de fato contra-hegemônica.

O problema da mulher negra se encontrava na falta de representação pelos movimentos sociais hegemônicos. Filiamo-nos as argumentações (GONZALEZ, 1982, BAIROS, 1991, BENTO, 1995, LIMA, 1995) de que os dois movimentos produziram formas de opressão interna, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulavam racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação desfavorável. Esse tensionamento levou as mulheres negras a lutarem por suas pautas e especificidades, gerando conflitos e rupturas em tais movimentos nas décadas de 70 e 80.

O debate, de início vinculado aos aspectos voltados mais diretamente ao feminino e à igualdade de direito para mulheres, assumiu uma perspectiva mais abrangente na medida em que ampliou, questionou e diversificou estudos e pesquisas sobre mulheres em vários contextos de sociabilidade. É neste contexto de revisão crítica que interseccionalidade, um conceito-chave para pensar a interseção das desigualdades de raça e de gênero, é cunhado por Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

No contexto brasileiro, Luíza Bairos partilha de opinião semelhante à de Crenshaw, ao afirmar que:

Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico, que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade uma, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de

mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões, a respeito de qual cena a prioridade do movimento de mulheres negras luta contra o sexismo ou contra o racismo? —já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra (BAIROS, 1995: 461).

Neste sentido, o conceito se torna caro ao nosso *paper*, mesmo que o formato não nos permita um aprofundamento sobre ele, pois se constitui em ferramenta teórico-metodológica fundamental para análises que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais (RODRIGUES, 2013).

Quase meio século se passou, desde o início desse tensionamento, e a dinâmica de universalização das mulheres e suas demandas continuam a atravessar a vida social e o próprio movimento feminista, invisibilizando as demandas das mulheres não pertencentes aos grupos hegemônicos. Agora, entretanto, novos meios e mídias configuram e atualizam a luta bem como o próprio contexto social.

A vida social está cada vez mais atravessada pela lógica dos meios, da mesma forma que os meios estão se modificando por demandas da vida social. Existe, então, um devir processual que possibilita que os dispositivos tecnológicos tenham usos sociais diversificados e, portanto, se insiram em contextos diversificados. Atuando em um processo contínuo de estruturação das práticas cotidianas sociais e culturais.

Por esse viés, pensar o potencial da mídia (predominantemente a digital) na e para a sociedade implica em entender que não estamos falando de novos produtos apenas, mas de novos usos e apropriações que atualizam e configuram a vida social, bem como os próprios sujeitos. Estamos falando de mídias como mediações, na qual os sujeitos engajam e desengajam continuamente como produtores e receptores de sentido.

Isso implica também em assimilar as possibilidades que são oferecidas pela cultura digital, ou “cibercultura” (LÉVY, 1999; MORGADO, 2005; PETERSON, 2002)? Sim, mas, *sobretudo, implica na aceitação da emergência de um novo espaço privilegiado e na disputa por esse espaço*. Ou seja, uma constante dinâmica de negociação e disputa de sentidos.

Em tempos de celebração digital, precisamos ser atentos e críticos para entender o que realmente se passa em nossas sociedades quando se trata de entendê-las desde a mediação da tecnologia. Se, por um lado, é evidente que Redes e mídias sociais, blogs, *vlogs* e plataformas de conteúdo colaborativo, alteram dramaticamente a infraestrutura da conectividade social e tornam o ambiente político mais poroso, por outro, isso por si só não é garantia de sociedades menos hierarquizadas e com menos desigualdades.

Usando as palavras de Canclini o “avanço das tecnologias possibilita (apenas) o surgimento de novas mediações — processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo — que reordenam as diferenças e as desigualdades, sem suprimi-las” (GARCIA CANCLINI, 2003, p. 44 e 45).

Considerações finais

Nosso intuito não é o de desconsiderar a relação da mídia com a sociedade, tampouco a relação e o impacto dos novos meios para os diversos movimentos sociais. Tanto reconhecemos essa importância que em nosso trajeto acadêmico, pretendemos investigar como as sujeitas negras realizam rupturas nos sistemas hegemônicos — tanto da sociedade quanto do movimento feminista — no espaço digital para reivindicar para si múltiplos pertencimentos identitários.

Entretanto, reivindicamos um olhar também para seu entorno, a fim de não criarmos elucubrações assentadas em crenças e teorias que consideram a mídia com uma ambiência, uma centralidade, uma nova forma de vida que coloca a todos em condição de igualdade.

Se assim fosse, as *hashtags* — marcas simbólicas da tecnologização da sociedade atual — chegariam a todos e em todos os lugares e seriam utilizadas por todos em prol de todos. Mas essa não é a realidade, as *hashtags* não chegam para todos. Não chegam por questões técnicas, infraestruturais, estruturas sociais e desigualdades diversas.

Para entender o lugar da mídia na sociedade, acreditamos precisamos estar atentos às mediações mais que os meios. Acreditamos que pesquisar as mediações é

investigar, sobretudo, a cultura imbricada nos processos comunicacionais, de forma a considerar conhecimentos e reconhecimentos.

“Um reconhecimento que foi, inicialmente, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o de resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.10, grifo do autor e tradução livre).

Referências

BAIROS, L. **Mulher negra**: o reforço da subordinação. *In*: LOVELL, P. (Org.). Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463

BENTO, M. A. S. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 479-488.

BRUNNER, J. J. U. **Un espejo trizado**. Santiago: FLACSO, 1988.

COÊLHO, Tamires Ferreira; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Sertanejas conectadas**: autonomia e subjetivação política nos usos do facebook por mulheres no sertão do Piauí//.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989. *In*: Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura, v. 13, n. 2, p. 277-293, 2015.

GONZALEZ, L. **A mulher negra na sociedade brasileira**. *In*: LUZ, M. (Org.) O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C., **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. Tradução livre. Fevereiro, 1969. Acesso em: 26. out. 2015.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAYORGA, Claudia. **Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária**. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, mar., 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. *In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ, 2001.

MORGADO, Lina. “O papel do professor em contextos de ensino on-line: problemas e virtualidades”. Rio de Janeiro: SENAC, 2005. mimeo.

RIOS, Flávia; MACIEL, Regimeire. **Feminismo Negro e Interseccional**: práticas e discursos sobre raça, gênero e sexualidade nas redes sociais. Bauru, 2015.

ROCHA, Simone Maria; SILVEIRA, Leticia Lopes da. **Gênero televisivo como mediação**: possibilidades metodológicas para análise cultural da televisão. *E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Brasília: E-Compós, v. 15, n. 2, 2012.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Florianópolis, 2013.

WAIZBORT, L. **Elias e Simmel**. *In: Leopoldo Waizbort (Org.). Dossiê Nibert Elias*. SP: Edusp, 2001.